

OMC do homem branco

*MARCELO DE PAIVA ABREU**

O processo de escolha do novo diretor-geral da Organização Mundial de Comércio (OMC) tem grande interesse como ilustração da Realpolitik dos países desenvolvidos e da fragilidade da concertação política entre os países em desenvolvimento, especialmente na América Latina e, em particular, no Mercosul. O Gatt sempre foi dirigido por burocratas ou políticos de economias desenvolvidas. Teve três diretores de 1948 a 1993: um britânico e dois suíços. Depois da criação da OMC, após os mandatos do irlandês Peter Sutherland e do italiano Renato Ruggiero, houve impasse entre economias desenvolvidas e em desenvolvimento na escolha entre Mike Moore, da Nova Zelândia, e Supachai Panitchpakdi, da Tailândia. A saída, pretensamente salomônica, foi lamentável: optou-se por dividir o mandato em dois períodos de três anos para acomodar os dois candidatos.

Antes mesmo da abertura do período de registro para a escolha do próximo diretor-geral, três candidaturas estavam definidas: Jaya Cuttaree, das Ilhas Maurício, Carlos Perez del Castillo, do Uruguai, e Luiz Felipe de Seixas Corrêa, do Brasil. Cuttaree é candidato do G-90, de economias em desenvolvimento. Os dois latino-americanos são experientes diplomatas com passagem em Genebra como representantes de seus países. A candidatura uruguaia, embora endossada por diversos países latino-americanos, enfrenta críticas por parte do Brasil, que manifestou seu desagrado com o desempenho do diplomata na malograda reunião ministerial de Cancún. A minuta de declaração ministerial preparada por Pérez Del Castillo como presidente do Conselho-Geral da OMC teria deixado de refletir os interesses das economias em desenvolvimento. Em particular do G-20, coalizão de países em desenvolvimento formada em oposição à agenda proposta pelos EUA e pela União Européia, que inclui o Brasil, a China e a Índia. Imagina-se que diversos outros integrantes do G-20 tenham também restrições à candidatura uruguaia, embora não seja claro se apoiarão o Brasil até o final. Por outro lado, dificilmente se poderia esperar entusiasmo dos EUA e da União Européia pela candidatura Seixas Corrêa, dadas a sua crucial participação na montagem do G-20 e as retumbantes vitórias do Brasil nos panels do algodão e do açúcar.

Dados as limitações da candidatura das Ilhas Maurício, o desconforto do G-20 quanto à candidatura uruguaia, o desagrado dos EUA e da União Européia com a candidatura brasileira e o óbvio desgaste criado pela disputa aberta entre dois países do Mercosul, o caminho abriu-se para candidatura alinhada aos interesses dos grandes protagonistas. Nos últimos dias, a França lançou, e a União Européia endossou, a candidatura do ex-comissário Pascal Lamy, personagem que domina os detalhes da agenda da Rodada de Doha e com trânsito político no eixo Bruxelas-Washington. Dificilmente a candidatura teria sido

lançada sem o visto bueno dos EUA. É uma volta à tradição de que o posto cabe a um europeu. O coro habitual já se faz ouvir. Jeffrey Schott, no Financial Times, afirmou que a candidatura Lamy representaria o triunfo da competência sobre o simbolismo, ou a "política", e que, de qualquer modo, só existiriam quatro ou cinco nomes de economias em desenvolvimento que teriam bagagem técnica e estatura política compatíveis com o cargo e que não estão disponíveis...

Há argumentos melhores para defender a candidatura Lamy. Suas qualidades pessoais são inquestionáveis. Mas há razões para preocupação quanto ao progresso da Rodada de Desenvolvimento da OMC e à redução das barreiras ao comércio agrícola se isso couber ao diretor-geral do país que sistematicamente tem travado o desmantelamento do protecionismo europeu. A racionalização mais elaborada é de que é preciso um europeu para viabilizar a liberalização agrícola. Afinal, Lamy, embora francês, é liberal e teve influência positiva em Bruxelas para que prevalecessem decisões mais favoráveis ao desmantelamento do protecionismo. Também é socialista, algo que o distancia de Jacques Chirac e de seus notórios compromissos com o lobby agrícola francês. Mas não é preciso ser muito cínico para concluir que, com o protecionismo agrícola europeu bem entrincheirado, a influência de Lamy em Bruxelas deve ser bem mais modesta do que sugerem os defensores de sua candidatura. Fica sempre a dúvida se o argumento de que é preciso um insider para fazer uma reforma radical se aplicaria a outras situações. Por exemplo, na Agência Internacional de Energia Atômica seria o candidato ideal um iraniano, talvez ex-colega de Rumsfeld em Princeton, que tivesse muito trânsito entre aiatolás e militares iranianos mais radicais?

O maior argumento em favor da candidatura de Lamy é a inépcia latino-americana. Seria natural que o novo diretor-geral fosse latino-americano, depois que a candidatura do (excelente) sul-africano Alec Erwin não decolou. Não é fácil entender o que impediu Lula de entrar em contacto com os presidentes das maiores economias latino-americanas e acertar um candidato que teria tido grandes possibilidades de vitória. Excesso de energia dissipada na busca da sonhada vaga no Conselho de Segurança da ONU? Afinal, há pelo menos outros dois postos disponíveis, OEA e BID, que poderiam entrar na partilha latino-americana. É sempre possível que o consenso em torno de Lamy seja inalcançável e que, como último recurso, haja votação. Do jeito que está, no entanto, parece que vai de novo vingar a tradicional fórmula do homem branco na OMC.

*Marcelo de Paiva Abreu, doutor em Economia pela Universidade de Cambridge, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio, em licença sabática.